

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao primeiro semestre findo em 30 de Junho de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento, além do redirecionamento do segmento do Agronegócio com a ampliação de sua atuação original na pecuária para agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados. Estes esforços apresentaram resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas e produtores rurais convertidos em clientes.

Em 2016, continuamos expandido as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco nestes importantes nichos do mercado brasileiro.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de Junho de 2016, o Banco apresentou lucro líquido no semestre de R\$ 21.609, contra um prejuízo de R\$ 405 apresentados no 1º semestre de 2015.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 31.270 no 1º semestre de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015, o resultado foi de R\$ 8.004.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 151.288 (2015 - R\$ 194.221), e é representado principalmente por:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		116.937	110.762
Disponibilidades	4	101	48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	43.682	72.615
Aplicações no Mercado Aberto		43.682	11.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	61.175
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	57.879	68
Carteira Própria		51.975	-
Vinculados à Prestação de Garantias		5.904	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	-	68
Relações Interfinanceiras	7	34	60
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	10
Créditos Vinculados:		34	50
Depósitos no Banco Central		34	50
Operações de Crédito	8	10.482	34.438
Sector Privado		16.279	49.861
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(5.796)	(15.423)
Outros Créditos	9	4.713	3.474
Negociação e Intermediação de Valores		-	41
Créditos Tributários	9.b	763	1.984
Diversos	9.c	3.950	1.449
Outros Valores e Bens	10	45	59
Despesas Antecipadas		-	45
Ativo Realizável a Longo Prazo		33.698	82.061
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	25.949	58.256
Carteira Própria		23.024	46.257
Vinculados à Prestação de Garantias		2.925	11.999
Operações de Crédito	8	1.056	5.967
Sector Privado		1.696	10.976
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(640)	(5.009)
Outros Créditos	9	6.693	17.838
Créditos Tributários	9.b	6.693	17.838
Permanente		653	1.398
Investimentos	11	100	445
Participações em Coligadas e Controladas:		100	445
No País		100	445
Imobilizado de Uso	12	553	953
Outras Imobilizações de Uso		3.294	3.292
(Depreciações Acumuladas)		(2.741)	(2.339)
Total do Ativo		151.288	194.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Descrição	2016	2015
Aplicações Interfinanceiras	43.682	72.615
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	83.828	58.324
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	17.975	60.637

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 17.975, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 6.436, correspondente a 36% da carteira total, em 2015 correspondiam a R\$ 60.637, R\$20.432, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 132.194 (2015 - R\$ 104.884), composto da seguinte maneira:

Descrição	2016	2015
Capital Social	109.123	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(138)	(462)
Reservas de Lucros	23.209	1.736
Prejuízos Acumulados	-	(405)

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's ⁽²⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽³⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Agosto/2016

(2) Julho/2016

(3) Abril/2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Circulante		18.603	81.148
Depósitos	13.a	10.315	68.478
Depósitos à Vista		1.970	2.117
Depósitos a Prazo		8.345	66.361
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	734	9.417
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		734	9.417
Relações Interfinanceiras	7	62	7
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		62	7
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	13.c	-	110
Outras Instituições		-	110
Outras Obrigações		7.493	3.136
Fiscais e Previdenciárias	14.a	5.093	120
Negociação e Intermediação de Valores		-	1
Diversos	14.b	2.400	3.015
Passivo Exigível a Longo Prazo	13.a	490	8.189
Depósitos	13.b	490	977
Depósitos a Prazo		490	977
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	490	977
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		490	977
Patrimônio Líquido	16	132.194	104.884
Capital Social:		109.123	104.015
De Domiciliados no País	16.a	109.123	104.015
Reservas de Lucros	16.d	23.209	1.736
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	(138)	(462)
Lucro/Prejuízos Acumulados		-	(405)
Total do Passivo		151.288	194.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	-	414	-	105.765
Aumento de Capital Patrimonial		-	-	-	-	(476)	-	-
Prejuízo Líquido do Semestre		-	-	-	-	(462)	(405)	(881)
Saldos em 30 de Junho de 2015		104.015	-	1.736	-	(462)	(405)	104.884
Mutações do Semestre		-	-	-	-	(476)	(405)	(881)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	(289)	(151)	21.609	216.099
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	-	151	-	151
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	-	21.609	21.609
Destinações:		-	45	-	-	-	-	45
Aumento de Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	-	1.080	20.529	-	(21.609)	-
Aumento de Capital Homologação BACEN	16.a	5.108	(5.108)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2016		109.123	-	2.680	20.529	(138)	-	132.194
Mutações do Semestre		5.108	(5.108)	(1.080)	(20.529)	151	-	21.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediada na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Essas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de agosto de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ganhos e perdas no resultado, a menos que o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização, os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001. **c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.042/2008. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de Junho de 2016 e 2015, os valores são compostos conforme Nota 4. **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **f) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme instrução da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para Negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento. **• Títulos Disponíveis para Venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta desatada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e **• Títulos Mantidos até o Vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. Em 30 de junho de 2016 não haviam títulos mantidos até o vencimento. **g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos):** Os instrumentos financeiros derivativos do Banco operam não atendem o propósito de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco e as necessidades de clientes. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. **h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações de crédito, dos créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para o registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada da operação. As operações comprometidas encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). **6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**
a) Títulos e Valores Mobiliários
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens". **k) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: **k.1) Investimentos em Controladas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. **k.2) Imobilizado de Uso:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12. **l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment"):** É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre de 30 de junho de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de impairment. **m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos):** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei 13.169/15, fruto de conversão da MP 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. **o) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **• Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Passivos Contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos; **• Provisões** - São reconhecidas caso passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e **• Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)** - São reconhecidas caso passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação. **p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias". **q) Outros Passivos:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **r) Partes Relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18. **s) Resultado por Ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. **t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP):** A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No primeiro semestre de 2016 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades em Moeda Nacional e Estrangeira	101	48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	43.682	72.615
Total	43.783	72.663

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações no Mercado Aberto	43.682	-	-	43.682	11.440
Posição Bancada	43.682				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

referências "notional" estão registrados em contas de compensação. Os valores de resultados das operações ocorridas no semestre estão demonstradas assim segue:

	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
Swap						
Posição Ativa	-	-	-	86	68	1.068
IPCAs ⁽¹⁾	-	-	-	86	68	1.068
Diferencial Líquido	-	-	-	86	68	1.068

⁽¹⁾ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	Custo a Receber/ (a Pagar)	Valor a Receber/ (a Pagar)	Ajuste de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Resumo						
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	(18)	1.068	1.068
Total	-	-	-	(18)	1.068	1.068

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento:

Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	30/06/2016			30/06/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	68	1.068
Total	-	-	-	-	68	1.068

Valores Referenciais dos Futuros*

Valores Referenciais dos Futuros*	30/06/2016			30/06/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
DDI	-	-	-	-	7.731	7.731
DI	-	936	-	936	1.288	1.288
Total	-	936	-	936	9.019	9.019

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBOvespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 8.829 (30/06/2015 - R\$ 11.999), representados por NTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBOvespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
"Swap"	Recíproca	Despesa
DI	-	(17)
DDI	-	(2.262)
Moedas	-	(4.241)
Total	-	(6.469)

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN no montante de R\$ 28 passivos, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2016	30/06/2015
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto:		
Empréstimos e Títulos Descontados	17.975	56.631
Adiantamentos a Depositantes	-	2
Empréstimos	17.975	56.629
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	16.473	51.525
Capital de Giro	1.497	5.074
Conta-Corrente Garantida	-	30
Cheque Especial	5	-
Financiamentos	-	3.991
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) ⁽²⁾	-	2.135
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	-	1.856
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		
Subtotal	17.975	60.837
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.436)	(20.432)
Total	11.539	40.405
Circulante	10.483	34.348
Longo Prazo	1.056	5.967

⁽¹⁾ Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada. ⁽²⁾ Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem conter ou não com garantia. ⁽³⁾ Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades:

Setor Privado	30/06/2016			30/06/2015		
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a vencer até 12 Meses	Parcelas a vencer Acima de 360 dias	Total	Total	Total
Rural	9.881	6.392	1.696	17.975	58.530	58.530
Indústria	-	-	-	-	2.306	2.306
Outros Serviços	-	-	-	-	1	1
Pessoas Físicas	-	5	-	5	-	-
Total	9.881	6.397	1.696	17.975	60.837	60.837

c) Concentração de Crédito:

10 Maiores Devedores	30/06/2016		30/06/2015	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
50 Maiores Devedores Seguintes	17.975	100%	6.436	100%
Total	17.975	100%	6.436	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco: A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30/06/2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2016		
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Total
C	3%	6	-	6	16.473	4.941
D	10%	1.003	492	1.495	1.495	1.495
Total		1.009	16.966	17.975	6.436	17.975

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2015		
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Total
A	0,5%	26.794	-	26.794	131	131
B	1%	2.304	-	2.304	23	23
C	3%	21	8.657	8.678	260	260
D	10%	432	2.047	2.479	248	248
E	30%	-	240	240	72	72
G	70%	3.067	746	3.813	2.669	2.669
H	100%	4.450	12.579	17.029	17.029	17.029
Total		36.568	24.269	60.837	20.432	20.432

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	13.971	30.787
Constituição Líquida de Reversão Baixa para Prejuízo	(5.634)	(1.766)
Saldo Final	8.337	29.021
Circulante	(5.796)	(15.423)
Longo Prazo	(2.541)	(13.598)
Créditos Recuperados⁽¹⁾	28.133	285

⁽¹⁾ Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito". No 1º semestre de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 9.595 (30/06/2015 - R\$ 3.146) e a PCLD é de R\$ 3.581 (30/06/2015 - R\$ 1.856) relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

f) Cessão de Crédito:
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros: De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normalizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período. **Com Transferência Substancial de Risco:** Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 33.253 conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	6.293	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	26.960	-
Valor total da Venda⁽³⁾	33.253	-

⁽¹⁾ Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

⁽²⁾ O montante de R\$ 26.960 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

⁽³⁾ O valor total da cessão foi feita com partes relacionadas.

g) Resultado de Operações de Crédito:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Empréstimos	3.137	7.254
Rendas de Financiamentos	-	465
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8. e) ⁽¹⁾	28.133	285
Total	31.270	8.004

⁽¹⁾ O impacto de R\$ 26.960 nessa rubrica refere-se a recuperação de prejuízo com a cessão da carteira de crédito (Nota 8.f.1.).

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários:

	30/06/2016	30/06/2015
Créditos Fiscais Diferidos	19.778	19.229
Saldo Inicial	2.154	3.074
Constituições	(14.477)	(2.481)
Reversões	7.455	19.822
Saldo Final	54	42
Débitos Fiscais Diferidos (Nota 14.a)	54	42
Saldo Inicial	-	-
Constituições	(54)	(42)
Reversões	(54)	(35)
Saldo Final	-	10

a.1) Ativo Fiscal Diferido: Em 30 de junho de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018). Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Créditos Tributários" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo Fiscal	3.932	11.809
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	983	2.952
Base Negativa de Contribuição Social	3.937	11.812
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	787	1.772
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.436	20.432
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.100	2.742
Provisão para Despesas Administrativas	22	78
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	265	-
financeiros diferidos	1.260	(808)
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(71)	(38)
Ajustes Futuro - DI e DDI	106	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	-
Perdas em Operações de Crédito	2.279	13.629
Outras Diferenças Temporárias	73	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	12.465	37.652
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	12.465	37.652
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	3.116	9.413
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%⁽¹⁾	2.493	5.648
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	265	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	106	-
financeiros diferidos	1.260	(808)
financeiros diferidos	1.258	808
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	1.629	808
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Ativo de PIS e COFINS Diferidos	76	38
Total do Crédito Fiscal Diferido	7.455	19.822
Circulante	1.984	1.984
Longo Prazo	6.693	17.838

⁽¹⁾ Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos

tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O efeito da majoração de alíquota foi de R\$ 2.189 no crédito tributário.

a.2) Passivo Fiscal Diferido:

	30/06/2016	30/06/2015
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	23
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(1)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	-	22
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	-	6
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	-	3
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	23
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	-	1
Total do Passivo Fiscal Diferido	-	10
Circulante	-	10

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido:

Ano	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	1.984	10	1.974
2016	761	-	761	2.079	-	2.079
2017	3.091	-	3.091	3.527	-	3.527
2018	3.603	-	3.603	7.419	-	7.419
2019	-	-	-	4.813	-	4.813
Total	7.455	-	7.455	19.822	10	19.812

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários: O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2016, considerando a taxa de captação projetada para o período é de R\$ 6.352 (2015 - R\$ 15.047).

c) Outros Créditos - Diversos:

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	593	1.278
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	92	85
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	-	30
Adiantamentos Salariais/Outros	13	6
Devedores Diversos - País ⁽¹⁾	3.252	50
Total	3.950	1.449
Circulante	3.950	1.449

⁽¹⁾ Valores pendentes em transitorias de empréstimos que serão liquidados em D-.

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas Antecipadas	45	59
Total	45	59
Circulante	45	59

11. Participações em Coligadas e Controladas

	30/06/2016	30/06/2015
Investimentos Controladas do Banco		
Original APP Ltda.	-	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%

Investimentos Controladas do Banco	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/0
------------------------------------	-----------	--	--	------


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado: O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN. A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez: A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e

revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia. A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações

nos indexadores e moedas associados à obrigação. No caso particular em que o cliente é a contraparte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros. A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

27. Outras Informações

a. Garantias Prestadas: Em 30 de Junho de 2016, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.


A DIRETORIA
CONTADOR

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6


RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 26 de agosto de 2016

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0